

Em em 2015, nenhuma capital brasileira registrou mais vítimas de homicídios entre 10 e 19 anos que Fortaleza: foram 387 crimes do gênero. No Ceará, a estatística chega a 816. Entender como chegamos a esse situação caótica foi o objetivo de meses de trabalho do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Sob o lema "Cada Vida Importa", o comitê fez um apurado perfil dessas vítimas em Fortaleza e outras seis cidades cearenses: Caucaia, Maracanaú, Juazeiro do Norte, Eusébio, Horizonte, Sobral e Juazeiro do Norte.

Para fugir do lugar comum e das responsabilizações individuais e moralistas, o comitê foi conferir de perto as condições em que esses jovens viviam. Para isso, foram ouvidas 224 famílias de adolescentes assassinados em 2015 — 55% do total — em questionários e grupos focais. Além disso, foram realizados seminários e audiências públicas sobre temas como acesso a armas de fogo, consulta e comércio de drogas, cultura da violência, etc, com a participação de órgãos da sociedade civil.

Baseado nesse trabalho, o Comitê elaborou 12 recomendações para reverter tal quadro, apresentadas nessa quarta-feira, 14, na Assembleia Legislativa do Ceará. Cada proposição é baseada em uma estatística elaborada pelo estudo. Na recomendação 1, por exemplo, o apoio e proteção às famílias vítimas de violência baseia-se, dentre outros, no fato de que, à exceção de Juazeiro do Norte, mais da metade das mães de vítimas de homicídios haviam engravidado na adolescência. Em Fortaleza, esse número é de 55%. Não bastassem as condições desfavoráveis para a criação de um filho, essas mães ainda são expostas a nova dor com a exibição dos corpos de seus adolescentes em programas sensacionalistas como são os policiaiscos. Em Juazeiro do Norte, todas as mortes de adolescentes registradas na pesquisa foram exibidas em programas policiais. A cidade com o menor percentual de exposições foi Caucaia: 53%. Por isso, o comitê propôs a criação de um protocolo que proporcione assistência psicossocial às famílias desses adolescentes, capitaneado pelas secretarias de saúde estaduais e municipais — com apoio da Secretaria da Justiça e Defensoria Pública. A medida é importante para evitar situações como a de uma das mães que disse aos pesquisadores ter sido a primeira vez que alguém foi até ela conversar sobre a morte do filho.

Em todas as estatísticas compiladas, percebe-se uma naturalização dessas mortes. Como uma outra mãe perguntou ao deputado Renato Roseno, relator do comitê: será que se fosse o filho dele a vítima não já teriam encontrado o autor do crime com toda a comoção que seria gerada? Em Eusébio, Maracanaú, Juazeiro do Norte e Sobral, nenhum dos assassinatos resultou na prisão de suspeitos. Mesmo no município em que esse percentual é maior, Horizonte, o índice de resolubilidade é baixo: 22%. Em Fortaleza, 44% dessas vítimas em Fortaleza vem de 17 bairros das três regionais de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Regional I,

Regional V e Regional VI. Ainda na Capital, 73% dos jovens mortos haviam deixado a escola há pelo menos seis meses antes do crime. Só em Sobral, que registrou 44%, esse dado não chegou a pelo menos 60%. Existe a tendência à culpabilização individual desses jovens, com a ideia de que eles "foram atrás" das circunstâncias que proporcionaram o crime, como o tráfico de drogas, por exemplo. Tal noção — tão difundida inclusive nos veículos de comunicação —, recorre a estereótipos para o conforto do interlocutor: o problema não é meu, é da própria vítima.

Vê-se claramente nas vítimas desses crimes um perfil periférico, pobre e longe de políticas do Estado. Para esses jovens, as ações do Estado vem no máximo, com, os cacetes e as armas da Polícia: 73% das famílias ouvidas contaram que os jovens mortos haviam sofrido violência policial pelo menos uma vez. O simples fato de a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) ter dados desatualizados ou mesmo inexistentes sobre o endereço de 37% das vítimas, mostra a desatenção para esse público por parte do Estado. Mesmo o sistema socioeducativo, uma medida *posteriori* de acolhimento, mostra-se insuficiente: 46% dos jovens pesquisados no relatório haviam tido passagem por esses centros — em Caucaia, esse número é de 73%. Quem se importa com esses jovens? Essa violência não se inicia ou termina no assassinato: vem de um mundo em que as oportunidades de satisfação pessoal não estão relacionadas à educação ou ao bem-estar coletivo, mas dentro de um contexto em que a violência é uma constante ou mesmo ferramenta aceitável de resolução de conflitos.

O relatório é um passo fundamental, mas incipiente, para mudança desse quadro. Cabe agora à sociedade fiscalizar o Poder Público para que essas medidas sejam, de fato, implantadas. O relatório do comitê aponta o caminho; basta agora a conscientização social para implementação para esses jovens do artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): "É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária".

Baixe as recomendações na íntegra clicando em: <http://migre.me/vLuMf>